

## APRESENTAÇÃO

---

**Por quem os sinos dobram? Eles dobram por ti...**

**For whom do the bells toll? They double for you...**

**Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros<sup>1</sup>**

O primeiro semestre de 2020 ficará indelévelmente registrado em nossa memória com a marca da pandemia, que, de um momento para outro, nos irmanou com os distantes – seres humanos de todos os países – e, paradoxalmente, nos afastou dos mais próximos. Passamos a acompanhar as (tristes) notícias de mortes nos noticiários, a rezar e a agradecer pelos recuperados; partilhamos com famílias de todo o planeta a esperança – da não contaminação ou, em sendo contaminado, da recuperação; mais ainda, da descoberta de uma vacina – estudada e (ainda) buscada em tantos centros científicos de excelência. Muitas vidas ceifadas, cuidados de higiene redobrados, trabalho dobrado para muitos (com o *home office*, e, para alguns pais, também o *homeschooling*), perda de emprego e de renda para tantos...

De uma hora para outra, grande mudança nas expectativas, revisão do consumismo característico dos dias atuais, nova perspectivação de coisas pequenas do cotidiano, tarefas domésticas ressignificadas, valores revisitados... Neste primeiro semestre, na “bolsa de valores” subjetiva, em ascensão o poder curativo de um abraço, a proximidade física e afetiva seja com aqueles a quem amamos, seja com aqueles a quem não amamos tanto, mas com quem experienciamos momentos da vida (pessoal ou profissional).

O isolamento social, a mim, me trouxe a lembrança de um livro de Ernest Hemingway – **Por quem os sinos dobram** –, lido há tempos, em que o autor toma como mote, uma ideia profunda de humanidade, expressa por John Donne, nos idos do século XVII:

---

<sup>1</sup>Professora do Departamento de Letras da PUC Minas; Colaboradora do Programa de pós-graduação em Letras. Titular da Coordenação Setorial de Produção Acadêmica e Publicações da Proex PUC Minas. Editora de Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão e da Revista do Instituto de Ciências Humanas. E-mail: evangela@pucminas.br.

Excerto “*meditação XVII*”

“Nenhum homem é uma ilha, inteiramente isolado, todo homem é um pedaço de um continente, uma parte de um todo. Se um torrão de terra for levado pelas águas até o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse o solar de teus amigos ou o teu próprio; a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntai: Por quem os sinos doam; eles doam por vós”. (DONNE, 2007, s./p. Tradução: Fabio Cyrino).

Retidos em casa por meses a fio (e ainda “confinados”, neste momento), sem uma previsão de quando (e quanto!) a vida “voltará ao normal”, muitos sonhos foram adiados (casamentos, comemorações, eventos acadêmicos e/ou culturais, celebrações religiosas, etc.), mas, paralelamente, novas práticas foram ressignificadas ou (re)criadas – as *lives*, as reuniões *on-line*, os *webinar* (os seminários organizados na internet), passaram a fazer parte de nossa rotina. Se, por um lado, (re)inventamos a nós mesmos (como indivíduos, cidadãos e profissionais) e a nossas relações, por outro, foi também um momento de imersão na realidade de nosso país, mergulhado em uma grave crise política, e em grande medida, ética, para além da sanitária; o desrespeito elementar aos direitos do outro (de ser e de estar no mundo) passaram a ser defendidos de forma agressiva. O que parecia pacífico nas últimas décadas em termos de civilidade se esvaiu repentinamente; e haja vozes que vêm a público justificar o indefensável, como as queimadas e grilagens de terras na Amazônia, o assédio (físico e moral) aos índios e quilombolas; as defesas inacreditáveis (por ministros de Estado!) de posturas antiéticas, comportamentos antissociais e às vezes, até expressões de inacreditável misantropia por parte daqueles que deveriam zelar pela vida e segurança dos brasileiros.

A despeito desse cenário obscuro, pudemos ver também a força das manifestações contrárias ao racismo, à segregação homofóbica e a toda forma de discriminação; a força barulhenta dos painéis e de manifestações (ainda que não em carreatas barulhentas, mas de dentro de casa, como forma a evitar contaminar outras pessoas com o maquiavélico coronavírus, que nos trouxe tantas perdas). No mundo todo, irmanamo-nos com a diversidade e a força das passeatas (manifestantes com máscaras e luvas, protegendo a si e aos demais), demandando – lá e aqui – que outros George Floyds e João Pedros nunca mais sejam vitimados...

Tudo isso – que às vezes nos provoca uma sensação de indignidade, ou mesmo de incredulidade, também nos fez agarrar àquilo que nos aproxima do outro. Em inúmeras reportagens, em diferentes veículos da mídia, conclamou-se, qual escudo, a

revisitação ao texto pétreo, a nossa Constituição Cidadã, que, desde 1988, a partir do seu preâmbulo mesmo, é farol que ilumina nosso anseio de liberdade e por ele zela:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.”. (BRASIL, 1988, s./p.).

E, na sequência, reiterando, de forma a não deixar dúvidas, em seu Artigo 3º, explicita-se:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
II - garantir o desenvolvimento nacional;  
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, s./p.).

Reler a Carta Magna e refletir sobre o contexto em que foi produzida nos remete a um passado de autoritarismo que precisamos evitar. Rememorar toda a luta que teve como decorrência o engendramento dessa Constituição nos traz de volta um senso de dever de combater toda forma de desigualdade que ainda grassa em nosso País, nos conclama a nos empenharmos para que a Constituição não se torne letra morta.

Em momento tão delicado, em que a Educação – mola propulsora de/em tantos países, no Brasil é sucateada e entregue a gestores sem compromisso com o “chão da escola” – metáfora com que remetemos à crueza (mas também, à beleza) – das relações cotidianas nessa instituição tão importante, precisamos nos unir, trabalhar em prol de toda essa geração – da educação básica ao ensino superior – para que não se perca e, igualmente, não perca o olhar sensível ao valor intrínseco do ensino (do estudo), da pesquisa e da extensão, em todas as áreas do saber – nas ciências humanas, nas ciências sociais, nas ciências naturais, para além das exatas e tecnológicas. Assim como não há corpo em que um membro possa ser de excelência quando outro se está depauperando, a pesquisa precisa ser não só incentivada, mas fomentada em todas as áreas.

A Educação precisa ser vista como estratégica (porque realmente o é) para o desenvolvimento de cada indivíduo (como uma célula) e de cada sociedade (como um

tecido), de forma orgânica. Esperamos que o novo gestor dessa relevante pasta, recém-empossado, a despeito da grave crise que atravessamos, possa encaminhar de forma satisfatória as inúmeras questões da educação brasileira. Uma das maiores prioridades é a manutenção do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), com a criação de efetivas estratégias de execução, a partir de 2021, como também de monitoramento do financiamento público e de valorização dos profissionais da carreira docente, de todas as áreas, níveis e modalidades e em todas as regiões do Brasil, em seus quase 5.600 municípios.

Nesse contexto de urgências, de interpelações que nos chegam diariamente – como cidadãos, profissionais, algumas, como seres humanos – é preciso comemorar as pequenas conquistas, que, embora singelas, nos gratificam e nos instam a continuar a dar o melhor de nós mesmos em prol da educação, da materialização do “porvir”...

Nesse cenário, trazer a público este volume da **Revista do Instituto de Ciências Humanas** muito nos alegra e nos faz continuar acreditando e persistindo em fazer o máximo, de todas as formas possíveis. Aqui estão inúmeros trabalhos, de diferentes áreas e realidades – dentro desse grande mosaico que é o Brasil!

Na seção de artigos, temos a oportunidade de compreender um pouco do contexto de políticas públicas referentes ao âmbito da educação (seja na educação básica, seja no ensino superior) na Bahia, no Ceará, no Amazonas. Estes trabalhos confrontam legislação (o ideal) e prática (o real), constituindo um bloco. Na sequência, vêm oito artigos e um ensaio, que tematizam tópicos relevantes da formação em várias áreas das Humanidades: Letras – Língua Portuguesa e Literatura, História e Filosofia.

No primeiro artigo, “Os impactos da oferta de Libras nos cursos de formação de professores: um olhar para o currículo de Letras da UNEB”, os autores Yuri Miguel Macedo, Adriana Gonsalves da Silva Fontes e Ilza Carla Reis de Oliveira realizam ampla reflexão acerca da oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de formação de professores, mais especificamente no curso de Licenciatura em Letras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tomando como referência o atual Projeto do Curso de Letras do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), além da proposta de redimensionamento curricular atualmente em discussão nos colegiados. Refletem como essa oferta pode impactar na formação dos professores de Língua Portuguesa, ao se deparar com estudantes surdos em sala de aula e constatam que a oferta de Libras em apenas um semestre, com carga horária de 60 horas, mostra-se

insuficiente; não obstante, tem permitido desconstruir mitos e preconceitos no que se refere à cultura surda e à Língua Brasileira de Sinais.

No segundo artigo, “O biopoder da escola na juventude: uma revisão bibliográfica”, os autores – discentes do Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Juliana Pinheiro, Gilzélia Cristina Pereira de Mendonça, Andrea Freitas e Silva Maia, Gabriel Coutinho Gonçalves, Dennys Ramon de Melo Fernandes Almeida, Gabriel Gomes da Silva e o docente Vico Denis Sousa de Melo discutem nuances do pensamento de Michel Foucault sobre o biopoder, avaliando como este se manifesta em relações da escola formal, “enquanto espaço de interação, saberes e escolarização da juventude na educação básica”. Por meio de pesquisa exploratória (entre outros, considerando o livro **Microfísica do Poder**), bem como de pesquisa documental (o sistema de organização curricular e didático pedagógico da escola formal), verificam como os mecanismos e as tecnologias de expressão de poder, seguem uma lógica temporal dos contextos históricos sociais. Retratam a escola uma instituição social e lócus de relações de poder, notadamente em seu contexto pelo disciplinamento, vigilância e controle: o sistema de organização curricular e didático pedagógico da escola formal se rege por dimensões diversas de dominação, seguindo as estratégias enunciadas pelo biopoder e asseguradas pela biopolítica, a que se contrapõem o pensamento e o comportamento juvenil, rompendo o ciclo de dominação a que os jovens são submetidos na sua trajetória escolar.

No terceiro artigo, “Contextos históricos dos desafios do ensino superior na Região Amazônica”, Denilson Diniz Pereira, professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), discorre sobre “os contextos históricos dos desafios postos à educação superior no contexto amazônico, tomando, em alguns momentos, como referência o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM), localizado em Parintins, no Baixo Amazonas”.

Por meio de uma pesquisa documental (legislações que orientam o ensino superior no Brasil), da experiência da atuação *in loco*, além de revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento da docência no Brasil, mostram os inúmeros desafios com que a docência convive, como “a dificuldade de permanência de doutores na região, o que tem implicações diretas sobre a pesquisa na Amazônia, o alto custo requerido para participar de eventos científicos devido ao deslocamento por meio fluvial e/ou aéreo; as diferentes atribuições dos docentes para o exercício de atividades de ensino, pesquisa, extensão e, eventualmente, gestão; escassez de serviços básicos de qualidade

necessários à manutenção da existência, como hospitais e escolas”. Importante retrato de uma região extensa e peculiar de nosso país.

No quarto artigo, “Uma análise do exercício da orientação sexual em “Variações: Enigma”, “HIM<sup>2</sup>” e “Morte em Veneza”, o autor, Ricardo Bibiano Dias Filho analisa as condições que determinam o exercício da orientação sexual de quatro personagens, nas três obras literárias que constituem o *corpus*. Sob diferentes perspectivas, o autor estabelece “olhares sobre a produção discursiva que determina os contextos nos quais as personagens vivem” e aponta interdiscursos presentes nas obras, bem como alude à presença do tema em tela na literatura acadêmica atual.

Na sequência, em “A atuação do revisor de tradução de textos literários: injunções da preservação da materialidade textual”, Thomaz Gomes de Oliveira analisa o papel do revisor de textos, focalizando uma das dimensões da formação do profissional do Tratamento do Texto (que se constitui por diferentes incursões no texto de outrem), no que tange à tradução de textos literários. Considerando a relação entre os profissionais envolvidos no processo de produção do texto na língua de chegada, o tradutor e o revisor, o autor discute aspectos referentes a (co)autoria, polifonia e a existência (ou não) de uma prática criativa por parte do tradutor.

No sexto artigo, “A intervenção do revisor no emprego dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* (e flexões)”, Igor dos Reis Alcântara, bacharel em Direito e Letras e pós-graduando em Revisão de Textos, investiga “situações de uso dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* na escrita, tendo em vista sua problemática frente aos aspectos de tempo e espaço e elementos do discurso na fala”. Para consecução desse objetivo, o autor seleciona dez trechos curtos com os gêneros *reportagem* e *conto*, a fim de que cinco profissionais pudessem revisá-los; em seguida, foi estabelecido contraste em relação a quais restrições gramaticais (normativas) da Língua Portuguesa os revisores são (ou não) sensíveis, bem como às questões discursivo-argumentativas.

Em seguida, Guilherme César, com artigo intitulado “Platão e Bowie: leituras sobre os corpos andróginos”, discute aspectos de “**O Banquete**”, em que Platão apresenta uma origem para os corpos andróginos, de forma simbólica, calcada na mitologia clássica. Em contraponto, mostra como, nos anos 1960, houve “o nascimento de várias tendências do *Rock and Roll*, do movimento hippie e seu sentimento de contracultura, e dos novos conceitos de moda; os quais, com roupas coloridas e de

---

<sup>2</sup> Título original: “Him”, traduzido no Brasil como “Ele: quando Ryan conheceu James”.

padrão “excêntrico”, deram base a novas formas de rebeldia entre os jovens”. Nesse contexto sócio histórico, a figura polêmica de David Bowie (1947-2016), com sua crítica à realidade e às tendências conservadoras de sua época, trará, a partir de suas composições meio psicodélicas, uma forma de rebeldia e/ou resistência.

O autor discute um conceito atual de androginia, como a de “um ser imagético que, seja na sua forma física ou de vestuário, foge das ideias heteronormativas”. Traz à tona, num momento bem marcante da vida social brasileira e mundial, os embates referentes a gênero e discriminação, e nos convida a pensar juntos sobre o tema.

Também na área da História e da Arqueologia, o oitavo artigo, “As descobertas de Peter Lund e as contribuições de seu legado científico para a arqueologia mineira”, de Bianca Rezende Godói, lança um olhar histórico-biográfico à vida do “icônico personagem da Ciência, Peter Wilhelm Lund, um importante pesquisador dinamarquês que marcou a História da Paleontologia e Arqueologia brasileiras”.

A autora analisa como, por meio dos seus estudos, muitos pesquisadores contemporâneos, como André Strauss, André Prous e até o renomado Walter Neves (referência bibliográfica para esta pesquisa) se basearam em teorias e hipóteses de Lund para formular e desenvolver suas novas investigações. Lund promoveu alterações profundas no modo de interpretar a ocupação humana no Brasil e suas primeiras populações, seu legado científico continua relevante e atual para pesquisas mais avançadas – o que Godói nos mostra com dados e sua discussão.

Fechado o conjunto de artigos, temos o ensaio “Introdução à Bioética”, em que o autor, Celso Samir Guilcer da For, reflete sobre o complexo tema sob duas perspectivas – uma mais teórica e outra mais prática, em que problematiza multifaces da bioética e apresenta o “princípio do cuidado, o que resgataria a condição humana dentre esses mesmos procedimentos técnicos”, em suas palavras.

*At last but not least*, temos a instigante entrevista com o professor Nilson de Souza Machado, que, desde 2016, é o presidente do Fórum de Coordenação do Pibid (Forpibid) o qual, mais recentemente, encampou também o Programa Residência Pedagógica, tornando-se Forpibid-rp. De forma lúcida e consistente, ele avalia rumos de algumas políticas públicas de formação de professores, o Pibid e a Residência Pedagógica, os ganhos no período de vigência, os desafios e vitórias desses Programas que congregam licenciandos, professores em exercício na educação básica, como coformadores, e professores universitários de muitas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Imperdível!

Começamos e finalizamos discutindo políticas públicas brasileiras – na esperança de que advenha um novo tempo, menos sombrio para os que lidamos com essa área; esperança do verbo “esperançar” (no sentido de almejar, sonhar e buscar) e não de “esperar” (passivamente), como nos lembra Paulo Freire, há tanto tempo...

Desejo-lhes uma leitura não apenas profícua, mas, sobretudo prazerosa!

## REFERÊNCIAS

DONNE, John. **Meditações**. Tradução: Fabio Cyrino. Edição bilíngue, São Paulo: Editora Landamark, [1624] 2007. Do livro ‘Devotions Upon Emergent Occasions’,

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 245 p.

HEMINGWAY, Ernest. **Por quem os sinos dobram**. Tradução de Luís Peazê. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.